



## SEÇÃO TEMÁTICA



## “Vínculos familiares”: Impacto da gestão Bolsonaro-Damares nas políticas científicas

Janaína Freitas, *Centre de Recherche médecine, santé, sciences, santé mentale et société (Cermes3)*

Resumo. Este artigo examina como a temática da “família” foi incorporada às políticas científicas do governo Bolsonaro, com foco nos editais de pesquisa “Família e Políticas Públicas no Brasil”, lançados em 2021 e 2022 pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em parceria com a CAPES. A partir de uma análise etnográfica dos editais e dos discursos de atores políticos do governo sobre essas iniciativas, o estudo explora o uso da categoria “vínculos familiares” na formulação e execução dessas políticas de pesquisa. Sustentamos que, por um lado, a implementação de uma agenda familista como política científica representou uma tentativa de “cientifização” da agenda antigênero, por meio da mobilização da categoria “vínculos familiares” em pesquisas financiadas pela CAPES. Por outro lado, a análise sugere que, embora frequentemente interpretada como uma “pauta moral”, a centralidade da família nessas políticas desempenhou um papel significativo no aprofundamento das estratégias de neoliberalização do Estado durante a gestão Bolsonaro.

PALAVRAS-CHAVE: Vínculos Familiares. Neoconservadorismos. Políticas Científicas. Ofensivas Antigênero. Governo Bolsonaro.

---



## **Introdução:**

Nos últimos anos, em diferentes partes do mundo, tem-se observado o crescimento de movimentos políticos de extrema-direita que vêm colonizando discursos e instituições democráticas com o objetivo de se reposicionarem na esfera pública. Esses movimentos têm instrumentalizado pautas como imigração, ensino de gênero e sexualidade em escolas e universidades, porte de armas de fogo, casamento entre pessoas do mesmo gênero, experiências de pessoas trans, igualdade étnico-racial e aborto para adentrar o debate público e consolidar poder político. Nesse contexto, os recorrentes ataques neoconservadores<sup>1</sup> aos avanços nas políticas relacionadas às temáticas de gênero e sexualidade, frequentemente articulados por alianças entre setores laicos e religiosos, têm sido caracterizados por pesquisadores e pesquisadoras como "ofensivas antigênero" (GARBAGNOLI & PREARO, 2017; PATTERNOTE & KUHAR, 2017; PRADO & CORRÊA, 2018; JUNQUEIRA, 2017, 2018; MISKOLCI, 2018; LIONÇO, 2021)

Embora muitas dessas estratégias retóricas sejam compartilhadas pela extrema-direita em âmbito global, elas assumem contornos específicos em cada contexto nacional ou regional, adaptando-se às particularidades culturais, sociais e políticas de diferentes países e realidades locais. Dentre as diversas estratégias empregadas por esses movimentos, destacam-se os constantes ataques e tentativas de descaracterização de pesquisas e produções acadêmicas críticas ao sistema neoliberal, ao racismo e às opressões de gênero e sexualidade. Esses ataques aos chamados “saberes críticos”<sup>2</sup> (FASSIN & IBOS, 2021) fomentam, por conseguinte, um acentuado sentimento de

---

<sup>1</sup> O neoconservadorismo é uma corrente política que surgiu nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos, caracterizada, dentre outros, pelo intervencionismo militar, o ceticismo em relação ao multilateralismo e o conservadorismo social e cultural. Wendy Brown afirma que ainda que o neoliberalismo e o neoconservadorismo representem “duas racionalidades políticas distintas”, eles compartilham efeitos similares, tais como “a desvalorização da liberdade política, da igualdade, de uma cidadania substantiva, a ideia de um estado de direito à favor de uma governança alinhada com os critérios do mercado e a valorização do um poder de estado que atue somente com finalidades supostamente morais” (2006, p. 690, tradução nossa) . Além disso, Melinda Cooper (2007) argumenta que a defesa dos “valores familiares” é uma pauta compartilhada por essas duas correntes políticas.

<sup>2</sup> O termo “saberes críticos”, utilizado por Eric Fassin & Caroline Ibos (2021) para analisar os campos de estudo sujeitos à ataques no contexto francês, refere-se a estudos de raça e etnia, gênero e sexualidade, mas também inclui estudos de interseccionalidades e as perspectivas decoloniais. Entretanto, além da perseguição aos estudos de gênero e sexualidade, no caso francês, esses ataques também foram direcionados aos “estudos decoloniais”, enquanto no Brasil, esse campo de estudos não foi particularmente visado nesses ataques.



“anti-intelectualismo” (Fassin, 2016; Pelúcio & Duque, 2020), que se materializa, entre outras formas, na oposição e, em certos casos, na perseguição de pesquisadores dedicados a essas temáticas.

No contexto brasileiro, os discursos antigênero consolidaram-se como ferramentas políticas e estratégicas centrais para a extrema-direita, desempenhando um papel crucial na ascensão de Jair Bolsonaro à presidência em 2018. Um dos principais impactos dessa cruzada antigênero no Brasil manifestou-se de forma incisiva no campo da educação, resultando na proibição de materiais didáticos que abordavam questões de gênero e sexualidade, tachados de “kit gay” (PRADO et al., 2021), além de denúncias direcionadas a escolas e professores com o objetivo de restringir a “liberdade de cátedra” (LAGO et al., 2018; DINIZ, 2020). Adicionalmente, foram implementados significativos cortes de financiamento à educação superior, com impactos especialmente severos nas áreas de ciências sociais e humanidades. Além dos ataques direcionados a professores e currículos voltados à educação para a diversidade, bem como dos cortes de verbas no setor educacional, o governo Bolsonaro, durante seu mandato, substituiu importantes políticas de direitos humanos por iniciativas controversas, incluindo a criação de órgãos, ações, formações, cursos e editais fundamentados na categoria de “família”, concebida no singular e alinhada a uma perspectiva conservadora de parentesco e organização social<sup>[MG4]</sup>.

A ênfase no uso da categoria “família” como ferramenta central para a articulação de discursos e ações no campo dos grupos políticos de extrema-direita na contemporaneidade não se limita, entretanto, ao contexto brasileiro. Em outros países, como na Hungria, na França, na Polônia, na Rússia, na Itália, nos Estados Unidos, na Argentina, observa-se uma reabilitação da categoria “família” como uma arma política tanto no campo eleitoral quanto nas políticas públicas propostas por atores políticos alinhados à extrema-direita. No Brasil, durante a gestão Bolsonaro (2019-2022), essa categoria também compôs políticas científicas voltadas à educação superior.

Por meio das ações do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), liderado pela ministra Damara Alves, nos anos de 2021 e 2022, promoveu, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Secretaria Nacional da Família (SNF/MMFDH), entre outras iniciativas, três editais controversos voltados à promoção de pesquisas sobre a temática da



família: *Família e Políticas Públicas no Brasil I<sup>3</sup> e II e o Concurso de Artigos Científicos sobre Fortalecimento de Vínculos Familiares em Tempos de Pandemia<sup>4</sup>*. As duas primeiras ações tinham como objetivo principal, respectivamente, financiar bolsas de mestrado e de pós-doutorado destinadas a fomentar a “investigação científica relacionada à família e políticas públicas” e apoiar “pesquisas direcionadas ao estudo do fortalecimento dos vínculos familiares”. Já a terceira ação buscava premiar artigos científicos que abordassem o tema do “fortalecimento de vínculos familiares”.

Com isso em vista, interessadas nos usos estratégicos da categoria “família” no campo político neoconservador e nos efeitos desses usos nas políticas científicas no contexto brasileiro durante o ex-governo [MG6] Jair Bolsonaro (2019-2022), realizamos, uma análise etnográfica dos editais mencionados, com o objetivo de compreender como essa categoria foi articulada nas políticas de fomento à pesquisa nesse período. Como parte desse esforço analítico, também acompanhamos os discursos dos atores políticos envolvidos na formulação desses editais, tanto em ocasiões de apresentação pública dessas ações quanto em eventos de lançamento e acompanhamento das pesquisas em curso, visando mapear os argumentos mobilizados na divulgação e implementação dessas iniciativas<sup>5</sup>.

Os dados recolhidos nesta pesquisa assim como sua análise serão apresentados em três seções. Na primeira seção, buscamos contextualizar o objeto de análise, articulando-o com referências bibliográficas nacionais e internacionais, que discutem o uso da categoria “família” no contexto dos neoconservadorismos. Essa seção visa apresentar o enquadramento teórico do tema, fundamentando a discussão no debate acadêmico sobre as articulações de discursos centrados na família dentro de projetos políticos conservadores. Na segunda seção, realizamos a análise detalhada de três editais específicos, com ênfase nas suas conexões com discursos e práticas políticas, especialmente aqueles propostos por atores vinculados à gestão

---

<sup>3</sup><https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/formacao-de-recursos-humanos-em-areas-estrategicas/familia-e-politicas-publicas-no-brasil>.

Acesso em 20/01/2024.

<sup>4</sup><https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-e-snf-organizam-concursos-de-artigos-cientificos>. Acesso em 20/01/2024.

<sup>5</sup> Este artigo é resultado de uma pesquisa de pós-doutorado financiada pelo projeto franco-brasileiro CAPES-COFECUB “Gênero Ameaçado, Gênero Ameaçando” durante o ano de 2022. Agradecemos o financiamento da CAPES e os comentários e sugestões de Miriam Pillar Grossi, Anna Paula Uziel e Éric Fassin e de outros membros da equipe do projeto que foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa e para o processo de escrita do artigo.



Bolsonaro. Essa seção também inclui uma análise crítica de trechos dos discursos proferidos pelos responsáveis por essas iniciativas, com foco no uso da categoria família como uma ferramenta estratégica. Sustentamos que, por um lado, a implementação de uma agenda “familista” como política científica representou uma tentativa de “cientifização” e tradução da agenda antigênero, por meio da mobilização da categoria “vínculos familiares” em políticas de Estado. Por outro lado, a análise sugere que, embora frequentemente interpretada como uma « pauta moral », a centralidade da família nessas políticas desempenhou um papel significativo no aprofundamento das estratégias de neoliberalização do Estado durante a gestão Bolsonaro. Ou seja, a família não foi apenas mobilizada como uma resposta ideológica aos estudos, políticas e direitos que tocam nas temáticas de gênero e sexualidade, mas se constituiu como um componente essencial nas estratégias de reforma social e econômica promovidas pelo governo.

Por fim, a última seção traz as considerações derivadas da análise realizada, apresentando as implicações dessas observações para o campo de estudos que investiga os usos políticos e institucionais da categoria família nos contextos contemporâneos. Destacamos, também, as direções sugeridas por nossa pesquisa para futuros estudos que abordem a interseção entre família, gênero e políticas públicas no Brasil, e como essa análise pode contribuir para o entendimento das estratégias de ascensão e dos projetos de poder de grupos neoconservadores tanto no âmbito nacional quanto internacional. Acreditamos que o estudo dos usos contemporâneos da categoria « família » é fundamental para compreender as estratégias desses grupos e seus impactos nas políticas públicas e nos direitos sociais. Em particular, esse exame revela dinâmicas cruciais relacionadas à neoliberalização do Estado, à regulamentação das relações sociais e de parentesco, e ao papel central que a produção de conhecimento desempenha nesses contextos.

### **Entre ciência e moral: o familismo<sup>6</sup> como um projeto moral e econômico de governo na gestão Damares-Bolsonaro**

A partir de 2010, testemunhamos a crescente propagação de discursos conservadores sobre questões de gênero e sexualidade no Brasil, com grupos neoconservadores promovendo narrativas alarmistas

---

<sup>6</sup> De forma geral, o familismo pode ser definido como uma ideologia política que coloca as necessidades da família acima das dos indivíduos, com o objetivo de transferir para essa unidade a responsabilidade pelo cuidado de seus membros, aliviando o Estado de suas obrigações sociais.



fundamentadas no pânico moral. Alegava-se, por exemplo, que as políticas públicas do governo Dilma Rousseff promoveriam a “sexualização das crianças”, a destruição dos valores familiares tradicionais e a incitação à homossexualidade e transexualidade nas escolas e universidades. Nesse contexto, uma série de acontecimentos-chave consolidaram os debates sobre gênero e sexualidade como alvos sistemáticos de ataques ideológicos. A bancada evangélica e setores neoconservadores, por exemplo, uniram esforços para vetar a distribuição de materiais do programa “Escola Sem Homofobia”, parte do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Esses materiais foram difamados sob o rótulo de “Kit Gay”, contribuindo para sua retirada em 2011 (JUNIOR, MAIO, 2014; MARACCI, 2019). Essas ações visavam desacreditar esse campo de estudos e seus agentes, fomentando uma agenda ideológica baseada em fake news e moralismo.

Na campanha eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro também se valeu da alegada luta contra o “doutrinação ideológico” no setor educacional, com ênfase no ensino de gênero e sexualidade em escolas e universidades públicas, utilizando esse discurso como uma estratégia para mobilizar apoio político. Além da agenda ideológica, o programa de governo de Bolsonaro, nas eleições de 2018, trouxe propostas que consolidavam uma visão neoliberal da educação, pautada pelo incentivo ao empreendedorismo e pela expansão do ensino à distância. As principais iniciativas incluíam a diminuição da intervenção estatal na educação, a promoção de uma gestão privada nas instituições de ensino, a flexibilização das diretrizes curriculares e a valorização do ensino técnico e profissionalizante.

Ao assumir o poder, o setor da educação, especialmente o ensino superior, foi gravemente impactado por cortes orçamentários históricos. Segundo dados do Observatório Legislativo Brasileiro (UERJ)<sup>7</sup>, os cortes ultrapassaram 40 bilhões de reais apenas em 2022, configurando-se como os maiores das últimas duas décadas. Esse desinvestimento comprometeu o funcionamento das universidades públicas e da pesquisa científica no país. Pesquisadores e professores enfrentaram um déficit de 70% no financiamento de bolsas de pós-graduação, a ausência de recursos para aquisição de equipamentos essenciais para laboratórios e a falta de verbas para a manutenção básica das universidades, que

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://olb.org.br/os-cortes-na-educacao-no-atual-governo/>. Acesso em 20/09/2023.



chegaram a operar sob risco de fechamento<sup>8</sup>. Esse cenário afetou não apenas o desenvolvimento científico no país, mas também comprometeu o acesso a uma educação de qualidade, evidenciando uma crise sem precedentes no setor.

Além dos profundos cortes orçamentários, o ensino superior no Brasil também enfrentou um preocupante processo de censura durante esse governo, comprometendo o princípio da "liberdade de cátedra". Professores e pesquisadores que trabalhavam com temas considerados críticos ao modelo hegemônico – como gênero, sexualidade, raça/etnia, política, entre outros – foram alvo de perseguições e intimidações. De acordo com um levantamento<sup>9</sup> realizado pelo *The Intercept*, entre 2011 e 2022 foram registrados cerca de 180 casos de censura, sindicâncias, demissões e ameaças contra docentes do ensino superior. Esse ambiente de hostilidade culminou em um processo de "criminalização da ciência brasileira e de suas instituições", conforme denunciado em uma moção<sup>10</sup> da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 2018. O impacto desses episódios se expandiu para além da esfera individual, afetando o ambiente acadêmico e enfraquecendo a autonomia universitária e a produção científica no país.

Além disso, as mudanças institucionais implementadas em seu governo fortaleceram essa agenda conservadora, utilizando a temática da família como base para a reorganização dos ministérios e para a formulação de diversas políticas públicas, incluindo as políticas científicas. O antigo Ministério dos Direitos Humanos e o de Políticas para Mulheres<sup>11</sup> foram substituídos pelo “Ministério da Mulher, da

---

<sup>8</sup>Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2021/05/4923926-alem-da-ufri-j-outras-universidades-correm-o-risco-de-fechar-por-falta-de-verba.html>. Acesso em/ 25/06/2023.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/10/26/universidades-censura/>> Acesso em: 28/08/2019.

<sup>10</sup> Disponível em : <http://portal.sbpcnet.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Anexo-Of.-SBPC-133-Mo%C3%A7%C3%A3o-Em-defesa-da-autonomia-did%C3%A1tico-cient%C3%ADfica-das-universidades-brasileiras.pdf>. Acesso em : 9/04/2023.

<sup>11</sup> A pasta dos Direitos Humanos foi instituída pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 1997, e passou por algumas modificações nos governos seguintes. Durante o Governo Dilma Rousseff, ela foi unificada com as secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres, constituindo o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), o qual foi extinto por Michel Temer em 2016. Em 2017, este foi recriado sob o nome “Ministério dos Direitos Humanos”, renomeado em 2018. Em 2019, no Governo Bolsonaro, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos se tornou o Ministério da Mulher, da Família - no singular - e dos Direitos Humanos. Esta denominação expressa os alicerces antigênero sob o qual este governo foi eleito. O termo mulher e família, nesse sentido, reflete uma política institucional conservadora baseada na naturalização das relações de gênero e sexualidade com base no modelo dicotômico da diferença sexual, que é tomado como fundante da instituição família.



Família e dos Direitos Humanos”, liderado pela advogada e pastora evangélica Damares Alves. Segundo Bolsonaro, essa mudança de nomenclatura representava não apenas os valores e os grupos a serem priorizados pelas políticas públicas, mas também uma reorganização no financiamento de ações nessa área. Em um discurso de 2018, Bolsonaro declarou: *“Nós temos uma política de direitos humanos de verdade, não essa que está aí, em que o primeiro a ser atendido é o algoz e não a vítima. E esse Ministério terá o nome de Família, que é tão cara e importante a todos nós”*.

Quando assumiu o novo ministério, Damares Alves criou a Secretaria Nacional da Família, a ser coordenada pela jurista católica Angela Martins Gandra, conhecida por sustentar, em uma audiência no Supremo Tribunal Federal em agosto de 2018, tese contrária à descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação quando representava o grupo União dos Juristas Católicos de São Paulo (UJUCASP)<sup>12</sup> - do qual o pai, Ives Gandra da Silva Martins, é presidente. No ano de 2020, através da portaria n. 1.643, a Secretaria Nacional da Família fundava a sua unidade de pesquisa, o "Observatório Nacional da Família", que tinha como intuito *"desenvolver estudos e pesquisas relacionados à família"* que se tornassem referência para a elaboração de políticas públicas.

Análises (TEIXEIRA; BARBOSA, 2022; MOSCHKOVICH, 2023) sobre as políticas do MMFDH argumentam que a promoção de uma visão tradicional de "família" foi centralizada nas políticas públicas e discursos de Estado, emergindo em conjunto com ataques sistemáticos às políticas voltadas para os direitos sexuais e de gênero. A socióloga Marília Moschkovich (2023, p. 29), ao examinar documentos legislativos e discursos disponíveis no canal YouTube do MMFDH entre 2019 e 2021, argumenta que a ênfase na categoria “família” nas políticas públicas refletiu uma tentativa de construir uma “nova gramática para Direitos Humanos”. Esse processo também promoveu o apagamento de conceitos como gênero e sexualidade no âmbito político-institucional. Moschkovich revela, por exemplo, que o termo “gênero” foi

---

<sup>12</sup> Este grupo, formado por pessoas físicas/jurídicas, é parte de uma organização católica criada em 1948 na Itália, apoiada pelo Vaticano, que visa à "judicialização de debates morais"/"catolicização" temas do direito laico através de argumentos reacionários provenientes do Direito Natural. A organização, com sede em Roma, que está presente em vários países do mundo, e em diversos estados brasileiros, têm sido tema de investigação científica do grupo de trabalho "Catolicismos jurídicos antidireitos" ligado ao Instituto de Estudos da Religião (ISER). Ver: <https://pp.nexojournal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2023/Catolicismo-jur%C3%ADdico-antidireitos-em-4-pontos>. Acesso em: 23/10/2023.



deliberadamente removido dos materiais divulgados pelo MMFDH e substituído pelas categorias “mulher” e “família”. Nesse contexto, Jacqueline Teixeira e Olivia Alves Barbosa (2022, p. 91) corroboram essa análise, destacando que as políticas voltadas para a família não apenas reforçam a agenda antigênero, mas também operam na construção de “um léxico político cujo foco consiste em disputar a legibilidade pública de políticas que se consolidaram no decorrer da história dos direitos humanos” (TEIXEIRA; BARBOSA, 2022, p. 102). Assim, essas estratégias discursivas e políticas não apenas redefiniram os termos das políticas de direitos humanos, mas também consolidaram um apagamento deliberado das discussões sobre diversidade e equidade no campo institucional.

No entanto, diversas análises críticas veiculadas na mídia sobre o uso da categoria “família” na formulação das políticas do MMFDH interpretaram sua centralidade como uma estratégia de “cortina de fumaça”. Tais análises sugeriram que a ênfase na “família” seria uma pauta moral manipulada para desviar a atenção de reformas políticas mais significativas, como aquelas propostas pelo então ministro da Economia, Paulo Guedes. Nesse contexto, conforme apontam Rodrigues e Falcão (2021), essas interpretações reforçaram uma suposta dicotomia entre um domínio técnico, representado por Guedes, e um domínio ideológico, liderado por Damares Alves.

Apesar disso, conforme argumentamos no caso específico analisado neste artigo, essa visão negligencia o fato de que, por meio da categoria “família”, a gestão Damares promoveu pautas que foram além do espectro conservador, refletindo sua aliança com o projeto neoliberal bolsonarista que a conduziu ao poder. Ao impulsionar essa agenda, Damares não apenas consolidou um discurso moralizante, mas também alinhou suas ações às diretrizes neoliberais que caracterizaram a administração Bolsonaro, evidenciando a interseção entre moralidade e políticas econômicas em sua gestão. Essa aliança entre moralismo e neoliberalismo<sup>13</sup>, longe de constituir uma dicotomia simplista, revelou-se uma estratégia coordenada, cujos efeitos se estenderam por diversas

---

<sup>13</sup> O neoliberalismo é uma doutrina econômica e política que emergiu no século XX, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980, que tem suas raízes nas ideias do liberalismo clássico. Dentre as suas teses principais, podemos destacar a mínima intervenção estatal na economia, a desregulamentação dos mercados, a privatização de empresas e serviços públicos, as políticas de austeridade econômica que reduzem os gastos sociais em campos como saúde, educação e trabalho, a ênfase na ideia de empreendedorismo individual, a globalização econômica e a flexibilização do trabalho através da anulação e redução das leis e proteções laborais.



áreas das políticas de governo, abrangendo também os campos da ciência e da educação.

Análises internacionais sobre o uso de discursos políticos em defesa dos "valores da família" dentro do conservadorismo apontam que a persistência dessa retórica não se restringe à gestão Bolsonaro-Damarens, tendo suas origens nas teses neoliberais formuladas na segunda metade do século XX (BROWN, 2003; COOPER, 2007; MORETON, 2021). Essas teses, defendidas pela Sociedade de Mont Pèlerin e pela Escola (econômica) de Chicago, promoviam a instituição familiar como a base da organização social e como um instrumento fundamental para aliviar a responsabilidade econômica do Estado em áreas como educação, saúde e trabalho, transferindo essas responsabilidades para a esfera familiar, reinventando, assim, as *poor laws* elisabetanas<sup>14</sup> (COOPER, 2017).

A religião, especialmente o cristianismo, desempenhou um papel central na formulação dessas teses neoliberais, sendo vista como um mecanismo de controle social capaz de estabelecer normas morais que protegeriam o funcionamento do livre mercado neoliberal. Em um artigo que analisa a reabilitação do familismo nas retóricas antigênero, Judith Butler (2019) argumenta que, embora as análises compreendam as pautas conservadoras como resquícios religiosos em um Estado secular, o secularismo seria, na verdade, parcialmente responsável pela retomada dos argumentos familistas. A autora sustenta que, ao contrário do que se costuma supor, temas como família, gênero e casamento não têm uma presença histórica tão marcante nas religiões como o cristianismo. Contudo, na contemporaneidade, esses temas tornaram-se áreas de interesse para algumas religiões, que buscam apropriá-los para conservar seu domínio sobre a esfera da vida privada, uma vez que a vida política está cada vez mais controlada pelo Estado e pelo capital.

Nesse sentido, o foco na família, como instituída pelas pautas conservadoras, não apenas reflete uma tentativa de restaurar valores tradicionais, mas também responde a uma dinâmica em que as religiões tentam manter influência sobre aspectos privados da vida social, desafiando a crescente separação entre o público e o privado imposta pela modernidade secular. Nesses discursos, a família é idealizada como um espaço de desejo, pertencimento e construção de identidade, sendo

<sup>14</sup> Leis medievais inglesas que visavam reduzir a pobreza obrigando cada paróquia a construir uma workhouse que oferecesse trabalho aos pobres; quem não trabalhasse podia ser forçado ou encarcerado. Para evitar o encarceramento, exigia-se o suporte familiar financeiro para a manutenção dessa pessoa.



associada à ideia de uma vida “boa”. Em contrapartida, a igualdade de gênero, a diversidade sexual e o pensamento crítico são representados como fatores que contribuem para a crise social e econômica em curso. Assim, articulada à propagação de um discurso sobre a “crise de valores” atribuída à modernidade e aos avanços nos direitos de gênero e sexualidade, a defesa da família tradicional emerge, de forma paradoxal, como uma resposta aos processos de precarização social e econômica provocados pelas políticas neoliberais. Essa dinâmica evidencia a aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo, que configura a agenda dos grupos de extrema direita na atualidade.

Se entendermos o neoliberalismo não apenas como uma prática econômica, mas como um projeto ontológico que estrutura sujeitos e processos com base na lógica da maximização de lucros, da competitividade e do empreendedorismo de si, conforme destaca Wendy Brown (2018), o neoconservadorismo, por meio da pauta familista, torna-se um aliado essencial desse modelo. A partir da centralidade conferida à família, essa aliança consolida a interseção entre valores morais e políticas neoliberais, promovendo uma reorganização social em que responsabilidades tradicionalmente pertencentes ao Estado são transferidas para a esfera privada. Essa dinâmica configura uma nova forma de governança e controle social, baseada na valorização da autonomia familiar como eixo de sustentação econômica e moral.

Dito isso, para analisar o objeto deste artigo, nos alinhamos a esses dois argumentos principais. Por um lado, observa-se que, no caso estudado, a implementação de uma agenda de pesquisa fundamentada na categoria de “vínculos familiares” reflete uma tentativa de “cientificação” de uma categoria moral, traduzindo-a em política de Estado. Por outro lado, o campo científico – especialmente no contexto de um edital voltado ao estudo e à implementação de políticas públicas – foi mobilizado como um espaço simbólico-material estratégico para viabilizar o aprofundamento de políticas neoliberais ancoradas em um projeto econômico familista

### **A articulação da categoria “vínculos familiares” nos editais de pesquisa**

Em 2021, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em parceria com a Secretaria Nacional da Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos



(SNF/MMFDH), lançou o primeiro edital intitulado "Família e Políticas Públicas no Brasil"<sup>15</sup>, destinado a docentes e pesquisadores vinculados a Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu. O objetivo era incentivar a submissão de projetos, oferecendo até 50 bolsas de mestrado e pós-doutorado para promover a investigação científica sobre família e políticas públicas.

Nos termos descritos nesse edital, o primeiro eixo se destinava a promover estudos científicos sobre *“políticas públicas desenhadas e executadas com o objetivo de sustentar as relações e os vínculos familiares, fortalecendo as famílias e tornando-as mais capazes de agir com autonomia e responsabilidade diante das próprias circunstâncias da vida”* (BRASIL, 2021). O segundo buscava financiar estudos que analisassem a *“estrutura demográfica familiar no Brasil”*, envolvendo a análise do *“perfil demográfico e da composição da família”* no contexto brasileiro. O eixo número três, por sua vez, visava *“discutir as diferentes medidas para conciliar trabalho e família, bem como analisar a efetividade dessas”*. No eixo seguinte, foram previstas pesquisas que *“identificassem perfis de consumo de tecnologia de informação e comunicação nas famílias brasileiras e seus impactos nas relações familiares”*. No eixo sobre saúde mental, o edital previa, especificamente, *“identificar o perfil de famílias que possuíssem membros em sofrimento emocional relacionados à automutilação e ao suicídio”*, enquanto o último eixo objetivava *“identificar e analisar os diferentes tipos de benefícios econômicos”* destinados à família no *“âmbito internacional”* e *“avaliar a viabilidade desses benefícios no Brasil”* (BRASIL, 2021).

Logo após o lançamento desse edital, a ministra Damare e a deputada Bia Kicis organizaram uma transmissão ao vivo no YouTube para apresentar a iniciativa ao grande público. Nessa transmissão, a ex-ministra argumentou que o edital materializava uma ideia que havia emergido ainda em 2011: *“revolucionar a academia, fazer uma grande mudança na academia, para não termos mais doutores formados em saunas gays, em orgias, mas em políticas públicas estruturantes e permanentes”* (Trecho da live de Damare Alves e Bia Kicis, 2021). Esse discurso foi seguido por uma exposição descontextualizada de materiais didáticos, panfletos de eventos, teses e dissertações, na qual a ex-ministra descaracterizava e denunciava os trabalhos produzidos no

<sup>15</sup> Disponível em:

[https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/13042022\\_Edital\\_1678557\\_Edital\\_12\\_202.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/13042022_Edital_1678557_Edital_12_202.pdf). Acesso em: 20/01/2023.



campo dos estudos de gênero no Brasil. Ela argumentava, de forma recorrente, que esses materiais representariam conhecimentos inúteis para o campo científico, sendo utilizados, sobretudo, para promover a “*sexualização das crianças*” e a “*confusão de gênero*”. Assim, em oposição aos trabalhos e eventos acadêmicos relacionados às questões de gênero e sexualidade, ela apresentava os objetivos do novo edital como o “*fortalecimento de vínculos familiares*”.

O lançamento desse edital suscitou uma série de críticas por parte de associações profissionais de pesquisadoras/es e docentes do ensino superior, provenientes de diversas áreas do conhecimento que trabalham com a temática da família. Por meio de notas técnicas e declarações de repúdio, esses grupos denunciaram, sobretudo, o viés conservador presente na concepção de família proposta pelo edital. A noção de família, tratada no singular, restringia-se a um modelo tradicional, desconsiderando de forma seletiva a diversidade das composições familiares existentes no país. Além disso, apontaram questionamentos específicos em relação aos eixos temáticos propostos pelo edital. Entre as entidades que se posicionaram criticamente, destacam-se a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)<sup>16</sup>, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP)<sup>17</sup> e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)<sup>18</sup>. Essas

---

<sup>16</sup> Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/edital-022021-uma-afrenta-a-pesquisa-e-a-familia/>. Acesso em 04/10/2021.

<sup>17</sup> Em nota, a ANPEPP, através dos grupos de trabalho “Psicologia, Política e Sexualidades” e “Psicologia e Estudos de Gênero”, argumentou que o edital estaria “em confronto direto com o que têm demonstrado as investigações científicas mais atuais e comprometidas com a realidade social do Brasil no campo dos estudos sobre famílias, relações de gênero e sexualidades” (ANPEPP, 2021). A diretoria da associação também destacou a deslegitimação da extensa quantidade de trabalhos científicos no âmbito das políticas públicas nos últimos anos, à medida que o edital se anuncia como uma “novidade”, demonstrando uma “seletividade” no tipo de produção científica ensejada pelo governo. Ademais, ressalta que, o edital, ao “desarticular a política familiar de outras políticas públicas”, acaba reduzindo a “importância das interseções entre tais esferas”, sobrecarregando, especialmente, as mulheres e reforçando as dinâmicas de opressão. No contexto do edital, segundo essa nota, a família é também “naturalizada” como uma instituição que ofereceria “segurança, acolhimento e proteção a abusos”, desconsiderando a violência promovida no âmbito familiar, especialmente contra mulheres e à população LGBTQIA+ (ANPEPP, 2021). Disponível em: [https://www.anpepp.org.br/download/download?ID\\_DOWNLOAD=345](https://www.anpepp.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=345). Acesso em : 06/10/2021.

<sup>18</sup> Também questionando a proposta do edital, a nota da ABEPSS destacou que é “inaceitável” que um edital sobre família e políticas públicas negligencie os marcadores sociais de raça, classe, gênero e orientação sexual como aspectos constituintes das dinâmicas das famílias brasileiras e, portanto, como essenciais à formulação de políticas públicas nesse âmbito (ABEPSS, 2021). Com isso em vista, a associação destaca que o edital “reforça o patrulhamento, a coerção e a censura ao conhecimento crítico, caracterizando-se como uma negação ao pluralismo, componente fundamental para a produção de conhecimento (ABEPSS, 2021). Disponível em:



organizações argumentaram que o edital refletia concepções ultraconservadoras de família, alinhadas aos valores e às estratégias políticas do governo Bolsonaro. Também foi alvo de críticas a invisibilização de décadas de pesquisa nacional sobre famílias e políticas públicas, as quais já haviam apresentado um panorama amplo e diverso sobre o tema. Essas produções acadêmicas foram ignoradas pelos atores governamentais tanto na promoção quanto na formulação do edital, que foi estrategicamente apresentado como um tema completamente inovador no campo da pesquisa brasileira.

Durante o evento de Marco Zero do edital<sup>19</sup>, realizado em Brasília no mesmo ano, os seis projetos de pesquisa aprovados<sup>20</sup> foram apresentados pelos pesquisadores responsáveis. A ocasião contou com a presença de figuras centrais do governo, como a então ministra Dameres Alves, a secretária Angela Gandra, o então ministro da Educação Milton Ribeiro e a então presidente da CAPES, Claudia Mancini Toledo. Nos discursos dessas autoridades governamentais, destacou-se a apresentação do edital como um contraponto a um Outro – descrito, nas palavras de Milton Ribeiro, como “*algumas figuras que são contra o estabelecimento e o valor da família*”. O edital foi, portanto, enaltecido

---

<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/nt-abepss-marco-21-202103262108381181190.pdf>.

Acesso em : 10/10/2021.

<sup>19</sup> Cabe destacar que tanto a live quanto o Seminário Marco Zero, que estavam disponíveis no canal do YouTube, foram excluídos, provavelmente após o término do mandato de Bolsonaro. Todavia, o material utilizado neste artigo foi transcrito em 2021, enquanto os vídeos ainda estavam acessíveis.

<sup>20</sup> O primeiro projeto, que foi apresentado pela economista, Dra. Kalinca Leia Becker, intencionava analisar "o impacto de políticas e ações públicas voltadas para a família sobre o estado nutricional infantil", tais como o "Programa Primeira Infância Melhor" e o "Programa Criança Feliz". O segundo projeto, do geógrafo Dr. Ednelson Mariano Dota, tratava da dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990". Em seguida, a economista Dra. Cecília Machado, apresentou a sua proposição que visava avaliar a "efetividade das políticas brasileiras" no concernente à "promoção do equilíbrio trabalho-família", avaliando especialmente os impactos sobre a progressão das mulheres no mercado de trabalho. O quarto projeto foi apresentado pelo sociólogo Dr. Alexandre Brasil Fonseca, um projeto de pesquisa sobre a alfabetização digital e a questão das dinâmicas familiares com o uso de novas tecnologias". O quinto projeto, de autoria do psicólogo Dr. Mateus Luz Levandowski, prometia traçar um "mapa da violência contra crianças e adolescentes", envolvendo também casos de "automutilação e suicídio" em todo o território brasileiro, utilizando resultados do PENSE e do SINAN. Por fim, o último projeto, apresentado pela jurista Dra. Lisiane Angelotti Meira, visava uma comparação entre países no que concerne, em suas palavras, à "projeção econômica das famílias". Conforme uma busca que realizamos posteriormente na plataforma Lattes, esses pesquisadores não são especialistas na temática da família, mas a utilizam como uma categoria analítica, entre outras, em suas áreas específicas de conhecimento. Nesse sentido, embora o edital tenha apresentado uma agenda de produção de pesquisas com viés familista, isso não implicou que os projetos selecionados compartilhassem dessa mesma agenda. Assim como ocorre frequentemente em outros editais, pesquisadores cujos temas e objetos de estudo se alinhavam aos objetivos do edital submeteram suas propostas.



por ele como uma vitória para a “*valorização da família tradicional*”, descrita como a “*célula mater até mesmo de toda a nacionalidade, de toda a sociedade*”. Além disso, foi destacado como uma iniciativa para “*colocar a família sob a ótica da ciência e sob o crivo do microscópio*”.

*Vamos olhar. Vamos sem "S". Vale a pena. Já que essa tem sido uma linguagem que algumas figuras que são contra o estabelecimento e o valor da família, elas só entendem essa linguagem, que é em linguagem da ciência. Então nós vamos colocar a família sob a ótica da ciência e pesá-la em uma balança científica para que a gente tenha respostas que talvez consigam convencer alguns que estão longe dos objetivos maiores da família tradicional* (Trecho do Discurso de Milton Ribeiro, 2021, grifo meu).

Além disso, chamou a atenção que, após quase todas as apresentações de projetos, algum membro do Observatório Nacional das Famílias e/ou da Secretaria da Família questionava os/as pesquisadores/as sobre a possibilidade de incluir, em seus objetivos e análises, a ideia de “*fortalecimento de vínculos familiares*”. Como exemplificado em uma fala de um membro do MMFDH: “*Se a gente podia conversar sobre a possibilidade de coletar dados que digam respeito à qualidade dos vínculos, ao capital social gerado no âmbito familiar (...). Até que ponto seria compatível colocar uma perguntinha (sobre vínculos familiares) nessa pesquisa de campo?*” (Trecho de fala, MMFDH, 2021).

No ano seguinte, desconsiderando as observações feitas pelas associações científicas mencionadas, a CAPES e o MMFDH lançaram a segunda versão do edital, o “*Família e Políticas Públicas II*”. Enquanto o edital anterior tinha como objetivo a “*investigação científica relacionada à Família e Políticas Públicas*”, o novo edital concentrou-se de forma ainda mais enfática na categoria de “*vínculos familiares*”, buscando financiar, segundo o documento, pesquisas “*direcionadas ao estudo do fortalecimento dos vínculos familiares*” (BRASIL, 2022). Uma das inovações deste segundo edital foi a previsão de que as pesquisas selecionadas seriam posteriormente publicadas no acervo do Observatório Nacional da Família, com o intuito de subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas. Além disso, diferentemente do edital anterior, esta versão incluía, em cada um dos eixos temáticos,



perguntas de pesquisa específicas a serem respondidas, assim como orientações sobre as áreas do conhecimento que deveriam submeter projetos.

Dessa forma, os sete eixos temáticos do novo edital foram organizados em torno dos seguintes temas: 1) *"organização e modalidades de atendimento e cuidados aos membros idosos das famílias brasileiras"*; 2) *"os impactos do engajamento das famílias brasileiras no desenvolvimento escolar dos filhos na pandemia<sup>21</sup>"*; 3) *"relações familiares, geração e regeneração de capital social no Brasil<sup>22</sup>"*; 4) *"atitudes dos jovens brasileiros sobre a formação da família<sup>23</sup>"*; 5) *"a relação entre a qualidade dos vínculos familiares e a ocorrência de violência intrafamiliar<sup>24</sup>"*; 6) *"o impacto dos vínculos familiares sobre a saúde de crianças e adolescentes<sup>25</sup>"*; 7) *"trajetórias pessoais e perfis e históricos familiares de adolescentes a partir de 15 anos inseridos em serviços de acolhimento e/ou jovens que atingiram a maioria em serviços de acolhimento (egressos)<sup>26</sup>"*.

Ao longo do edital, expressões e categorias como "estilos parentais", "família", "fortalecimento de vínculos familiares", "impacto dos vínculos familiares" e "rede de proteção" foram amplamente mobilizadas, sendo associadas a uma variedade de tópicos de pesquisa. Ao associar questões sociais complexas, como educação, saúde,

---

<sup>21</sup> O segundo eixo interrogava sobre a relação entre *estilos parentais, qualidade de engajamento dos pais na vida escolar, nível educacional dos pais e engajamento nas atividades escolares e rendimento escolar* das crianças e adolescentes.

<sup>22</sup> O terceiro eixo buscava projetos dedicados à relação entre família e *capital social*, conceituado no edital como *"um conjunto de recursos (capacidades, atitudes, acesso a redes de relacionamento e suporte) originado de relações sociais marcadas pela existência de confiança mútua e normas de cooperação, solidariedade e reciprocidade."*

<sup>23</sup> Este eixo interrogava sobre as atitudes dos jovens em relação à *formação de família*, preferências relacionadas ao *"casamento e à coabitação"* e as diferenças dessas atitudes em relação à renda, geografia e *composição da família de origem*.

<sup>24</sup> Conforme anunciava o edital, o eixo pretendia fomentar pesquisas sobre os *tipos de ocorrência de violência familiar*, levando em consideração o tipo de relação entre o *infrator e a vítima*; a correlação entre casos de violência intrafamiliar e a *fatores da situação familiar*, tais como *dependência química, distúrbios de saúde física e mental, abandono*, etc., bem como investigar a existência de políticas de *fortalecimento de vínculos familiares na prevenção de violência intrafamiliar*.

<sup>25</sup> O penúltimo eixo, dedicado a investigar o *impacto dos vínculos familiares sobre a saúde de crianças e adolescentes*, buscava entender a correlação entre *características de vínculos familiares e ocorrência de distúrbios de saúde física e mental*, bem como *dependência química*; e entender quais *estratégias de fortalecimento de vínculos* seriam mais eficazes para promover a saúde de crianças e adolescentes.

<sup>26</sup> Finalmente, no último eixo, buscava pesquisas que estudassem as *trajetórias pessoais e perfis e históricos familiares de adolescentes a partir de 15 anos inseridos em serviços de acolhimento e/ou jovens que atingiram a maioria em serviços de acolhimento (egressos)*, levando em conta as trajetórias individuais e o histórico de intervenções da *rede de proteção*, bem como o *perfil e o histórico da família de origem do jovem*.



segurança, acolhimento e proteção social, diretamente à atuação da família, o edital sugere que o núcleo familiar não deveria apenas atuar como mediador de direitos — especialmente no caso de crianças, jovens e idosos —, mas também assumir a responsabilidade pela prevenção, cuidado e gestão de situações complexas, como casos de violência doméstica. A análise dos eixos de pesquisa delineados no segundo edital revela uma reconfiguração do sujeito-alvo das políticas públicas, que passa do indivíduo para a família, consolidando esta última como foco central das intervenções estatais. No primeiro eixo do edital, os direitos da pessoa idosa à cidadania, ao bem-estar e à proteção — que são deveres do Estado a serem garantidos por meio de políticas públicas — são reduzidos à categoria de "apoios" governamentais e/ou sociais destinados à família do/a idoso/a. A utilização do termo "apoio" nesse contexto relativiza a noção de responsabilidade estatal e transforma os direitos da pessoa idosa em cuidados que deveriam ser, prioritariamente, providos pela família.

O segundo eixo do edital, por sua vez, aborda a relação entre estilos parentais e o rendimento escolar de crianças e adolescentes. Esse eixo também opera por meio de uma lógica de simplificação de uma temática social complexa: o rendimento escolar é reduzido, não apenas à atuação da família, mas a um estilo específico de parentalidade. A escolha dos termos "pais" — que reflete a ideia de uma composição familiar "tradicional" — e "estilos parentais" sugere uma pressuposição de que o desempenho escolar estaria diretamente ligado a uma determinada estrutura familiar e a um estilo parental específico. Essa perspectiva desconsidera, por exemplo, a centralidade de fatores como experiências de classe, gênero, raça/etnia, regionalidade e sexualidade na trajetória educacional de estudantes, invisibilizando a diversidade e a complexidade que compõem as trajetórias educacionais.

No terceiro eixo, o edital mobiliza o conceito de capital social, entendido, no contexto das políticas neoliberais, como um recurso baseado nas redes de relações e solidariedade, sobretudo informais, para viabilizar o acesso a bens, serviços e direitos. Dessa forma, assim como nos eixos anteriores, o edital novamente transfere à família a responsabilidade de acessar direitos e serviços que deveriam ser garantidos pelo Estado por meio de políticas públicas. Essa abordagem explicita a relação estabelecida entre a categoria de família e as políticas de privatização do cuidado, reforçando a dependência de redes informais de solidariedade.



No quarto eixo, que aborda as atitudes dos jovens em relação à formação de família, o edital explicita o movimento de institucionalização da família em sua versão “tradicional” como sujeito de políticas públicas. Essa institucionalização é reforçada pela mobilização de conceitos como casamento, reprodução, coabitação e permanência na formação de família, promovendo um modelo prototípico e invisibilizando a diversidade de arranjos familiares presentes no Brasil. Nesse contexto, o edital reafirma a privatização do cuidado ao vincular esses laços institucionais à ideia de família como única responsável pelo cuidado e proteção, excluindo outras possibilidades de organização social.

Nesse contexto, é relevante examinar a centralidade atribuída, no eixo 5, ao impacto dos vínculos familiares na prevenção de casos de violência intrafamiliar. De forma contraditória, o eixo sugere que a qualidade desses vínculos funcionaria como uma ferramenta para prevenir violências perpetradas por membros da própria família. Conforme apontado por algumas associações científicas em relação à primeira versão do edital, essa abordagem ignora dados consolidados que evidenciam que a maior parte dos casos de violência doméstica — conceito sequer mencionado no eixo —, em suas dimensões física, sexual, psicológica e patrimonial, é cometida por familiares ou pessoas próximas às vítimas.

Ao estabelecer uma relação causal entre a qualidade dos vínculos e a violência intrafamiliar, o edital invisibiliza as complexidades desse fenômeno. A solução proposta, baseada na “melhoria” dos vínculos familiares, desconsidera que é justamente no âmbito dessas relações — nas quais as vítimas frequentemente dependem financeiramente, legalmente e psicologicamente — que a violência ocorre de forma predominante. Essa perspectiva não apenas simplifica o problema, mas também transfere à família a responsabilidade pela sua própria “cura”, negligenciando a necessidade de ações estruturais e políticas públicas para prevenir e enfrentar a violência doméstica.

No penúltimo eixo do edital, a categoria de vínculos familiares é mobilizada como estratégia central de atenção à saúde de crianças e adolescentes. No entanto, os amplos e complexos conceitos de saúde física e mental são significativamente reduzidos à questão do uso de drogas. Além disso, observa-se neste eixo um movimento de inscrição do uso de substâncias entorpecentes como um problema de natureza “moral” e “criminal” — algo que seria “corrigido” pela família. Tal abordagem reatualiza o “proibicionismo” (ALBUQUERQUE ET AL.,



2023, P. 65) e instrumentaliza o tema como uma “pauta moral”, ao mesmo tempo em que invisibiliza o impacto de fatores socioeconômicos e das trajetórias pessoais dos/as usuários/as em situações de dependência química. Já o último eixo propunha investigar as trajetórias pessoais, perfis e históricos familiares de jovens “egressos” — crianças e adolescentes institucionalizados após a violação de seus direitos —, com foco no perfil e na história da família de origem, bem como nas intervenções realizadas pela rede de proteção. No entanto, a maneira como o eixo é estruturado parece indicar um interesse principal, não nos direitos dos jovens, mas na construção de um perfil familiar que justifique a institucionalização (“egressão”). Essa abordagem reduz mais uma vez uma problemática social complexa à atuação familiar, ignorando as dimensões estruturais e sociais que contribuem para essas situações.

Além desses dois editais, ainda em 2022, foi lançada uma terceira ação voltada ao campo científico e também centrada no conceito de “vínculos familiares”: um concurso de artigos científicos sobre “o Fortalecimento de Vínculos Familiares em Tempos de Pandemia”. O concurso de artigos oferecia às/aos primeiras/os colocados/as de cada eixo um notebook, passagens aéreas para a cerimônia de premiação em Brasília e aos terceiros e quartos colocados a possibilidade de publicar os textos no Observatório Nacional da Família. O lançamento ocorreu em um contexto em que o Brasil já contabilizava quase 700 mil mortes por coronavírus, muitas delas atribuídas à omissão e à violação dos direitos à saúde durante o governo Bolsonaro.

Mas, afinal, o que são “vínculos familiares”? E por que essa categoria ocupou uma posição tão central nas políticas científicas do MMFDH? Embora o termo tenha sido repetidamente empregado nas ações e discursos do ministério, como evidenciam os editais analisados, ele nunca foi conceituado pelos gestores. Em 2022, durante o seminário de acompanhamento dos projetos contemplados pelo primeiro edital, Angela Gandra comentou sobre essa falta de conceituação, afirmando: “(...) *Mas qual é o conceito? Não quero discutir conceito. Quero discutir as relações reais que existem hoje e fortalecer essas relações nas famílias que existem. Então vamos fortalecer*” (Trecho do discurso de Angela Gandra, 2022). Essa ausência de definição para um conceito tão central à ação política do governo Bolsonaro, no entanto, como argumentamos a seguir, é profundamente reveladora.

Conforme indicam os discursos e os editais analisados ao longo desta seção, a organização das políticas de pesquisa em torno da



categoria “vínculos familiares” desvela estratégias essenciais para compreender a atuação das políticas do MMFDH. Essas políticas de pesquisa, assim como outras formuladas em torno da « família », permitiram a tradução da agenda antigênero em políticas de Estado, perpetuando a ideia de que a instituição da « família » (no singular) estaria unida no combate a um inimigo comum, representado, sobretudo, pelas produções e políticas sobre gênero e sexualidade. Esse movimento se expressa, por exemplo, no discurso de Dameres, quando ela desqualifica pesquisas nesse campo e afirma que o edital seria uma das ações pensadas para « revolucionar a academia ». Essa narrativa reanima, com o apoio de seus aliados políticos, a ideia de que os estudos de gênero e sexualidade são responsáveis pelos problemas sociais e um atentado à ordem natural (divina). Nesse contexto, a ausência de categorias como gênero e sexualidade – assim como de outros marcadores sociais da diferença – nos editais, essenciais para o estudo das políticas públicas, e, simultaneamente, a insistência no conceito tradicional de « família », operam como uma reorganização dos temas a serem priorizados no campo científico. Essa reorganização também redefine o sujeito das políticas públicas, que deixa de ser o indivíduo e passa a ser, fundamentalmente, esse corpo familiar, como argumentam Moschkovitch (2023) e Teixeira e Barbosa (2022).

Ademais, esse movimento, em consonância com a persistente ênfase na expressão “fortalecimento dos vínculos familiares”, possibilitou a articulação de uma estratégia para viabilizar, ou induzir, por meio desses editais, a produção de material considerado científico sobre essa categoria. O discurso de Milton Ribeiro, proferido no evento de Marco Zero, ilustra esse movimento de apropriação da linguagem científica, a qual ele atribui aos « Outros », àqueles « distantes dos objetivos maiores da família tradicional ». Esse discurso não apenas demonstra uma tentativa de colonização das políticas científicas por um viés familista, mas também busca « cientificar » a categoria dos « vínculos familiares », colocando a família, em suas palavras, “sob a ótica da ciência”, “pesando-a em uma balança científica”, com o intuito de avançar a agenda política neoconservadora da gestão em questão. A balança científica à qual o ex-ministro faz referência não é, todavia, neutra: sua engenharia e suas medidas são fabricadas a partir de uma noção de família no singular, de apenas um formato, sem S - como ele mesmo afirma - que busca se contrapor às décadas de produção científica sobre famílias no plural e políticas públicas e apagar a diversidade das composições familiares brasileiras.



Ainda, como revelam o conteúdo dos editais e a literatura que investiga como a retórica familista constroi uma aliança estratégica entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, o « fortalecimento dos vínculos familiares » transcende uma mera agenda moral. A própria Secretária da Família, Angela Gandra, sugere, em um discurso durante um dos eventos relacionados ao edital, que as análises críticas das políticas familiares subestimam o caráter político do projeto, reduzindo-o a uma « pauta moral »:

**Quando nós começamos a pauta família, muitos falavam: é uma pauta moral-religiosa ...e eu falava, não é uma pauta de filosofia social e política, é uma pauta constitucional.** Nós falávamos que a família é a base da sociedade, mas a gente vive colocando telhado, ao invés de fortalecer o alicerce. Nossas políticas públicas são de apagar incêndios, ao invés de solucionar os problemas na raiz, como tu falaste, a base de tudo. E a CAPES teve, vamos dizer, essa sensibilidade grande de trabalhar conosco e lançar as primeiras bolsas, e assim por diante (Trecho da fala de Angela Gandra, 2022, grifo nosso).

Nesse sentido, como ela mesma sugeriu em seu discurso, o « fortalecimento dos vínculos familiares » transcende um simples discurso moralista, configurando-se como parte central da articulação do projeto político e econômico bolsonarista. Esse projeto visava a redução da atuação do Estado no campo das políticas sociais, abrangendo áreas como saúde, educação e segurança, ao transferir para as famílias a responsabilidade pelos ônus decorrentes dos processos de precarização da vida aprofundados por sua gestão.

### **Considerações finais**

O relatório de transição do governo para Lula, finalizado em dezembro de 2022, além de apontar um processo de « desmonte dos serviços públicos » promovido pela gestão Bolsonaro, sinaliza também os impactos desse governo nas áreas da educação e da pesquisa, que foram « negligenciadas, tratadas como instrumentos para a guerra cultural e passíveis de aparelhamento ideológico ». Em 2023, após a derrota de Bolsonaro nas urnas, o novo governo de Lula extinguiu o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, criando em seu lugar uma



nova pasta, denominada Ministério dos Direitos Humanos, atualmente sob a liderança da ministra Macaé Maria Evaristo dos Santos, que retomou os planos de combate ao racismo, de defesa da igualdade de gênero e sexualidade, e de garantia de direitos para populações em situação de vulnerabilidade social. Além disso, o governo criou novas pastas para a gestão das políticas de promoção dos direitos humanos, como o Ministério das Mulheres, comandado por Cida Gonçalves, o Ministério dos Povos Indígenas, chefiado por Sonia Guajajara, e o Ministério da Igualdade Racial, coordenado por Anielle Franco.

Outro avanço significativo na recuperação das políticas de direitos humanos e na eliminação da agenda familista pelo novo governo foi a retirada do Brasil como signatário do Consenso de Genebra, uma aliança neoconservadora internacional criada em 2020 com o objetivo de barrar o avanço das pautas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos. Este consenso contou com Angela Gandra como uma das principais promotoras durante o governo Bolsonaro. Nesse contexto, pode-se afirmar que o novo governo já tomou medidas significativas para excluir a gramática familista das políticas de direitos humanos. No entanto, apesar da vitória de Lula nas urnas, é importante ressaltar que o neoconservadorismo não foi derrotado. Damarens Alves, por exemplo, foi eleita senadora pelo Distrito Federal, utilizando a retórica familista como um dos principais elementos de sua marca eleitoral. Angela Gandra, outra figura central do familismo bolsonarista, atualmente ocupa o cargo de Gerente Jurídica da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), e busca levar a pauta do fortalecimento de vínculos familiares para as mulheres do agronegócio, além de tentar estabelecer parcerias com a Secretaria de Políticas para as Mulheres do governo Tarcísio de Freitas.

Considerando que a pauta da família continua sendo uma ferramenta central para os movimentos e políticos neoconservadores, especialmente no contexto do bolsonarismo no Brasil, o presente artigo, em consonância com outras produções brasileiras sobre o tema, busca contribuir para a análise dos modos de articulação da agenda familista por esses grupos. A análise dos editais de pesquisa e artigos implementados durante a gestão Damarens-Bolsonaro revelou que a categoria “vínculos familiares” foi mobilizada não apenas em oposição aos estudos de gênero e sexualidade, com o intuito de traduzir a agenda antigênero em políticas de Estado, mas também para perpetuar um projeto de governo que visou aprofundar as políticas neoliberais e, conseqüentemente, enfraquecer o campo dos direitos humanos.



## Referências:

BUTLER, Judith. Anti-Gender Ideology and Mahmood's Critique of the Secular Age, **Journal of the American Academy of Religion**, Volume 87, Issue 4, December 2019, p. 955–967.

BROWN, Wendy. **Défaire le Dèmos**. Le néolibéralisme, une révolution furtive. Paris, Éditions Amsterdam, 2018, 288 p.

COOPER, Melinda. **Family Values**. Between Neoliberalism and the New Social Conservatism, New York, Zone Books, coll. « Near Futures », 2017, 416 p.

COOPER, Melinda. Neoliberalism's Family Values: Welfare, Human Capital, and Kinship, In: PLEHWE, Dieter; SLOBODIAN, Quinn (Ed.); MIROWSKI, Philip. **Nine Lives of Neoliberalism**, Verso, London, New York, NY, 2020.

CORRÊA, Sônia. A “política do gênero”: um comentário genealógico\*, **Cadernos Pagu**, (53), 2018.

DINIZ, Carlos Augusto de Oliveira. Educação, poder e liberdade de cátedra: o espaço acadêmico contemporâneo. **Revista de Direito**, Viçosa, v.12 n.02 2020.

GARBAGNOLI, Sara ; PREARO, Massimo. **La croisade “anti-genre” : du Vatican aux manifs pour tous**: Paris, Textuel, coll. Petite encyclopédie critique, 2017, 128 pages.

HÜMMELGEN, I. Políticas neoliberais de Damares Alves: uma análise a partir da teoria da reprodução social. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 16, n. 00, p. e022006, 2022.

JUNQUEIRA, Rogério D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político- discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, 18(43), p. 449-502, 2018.



JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma ameaça à “família natural”? In: RIBEIRO, Paula R. C.; MAGALHÃES, Joanalira C. (ed.). **Debates contemporâneas sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande, Editora da FURG, 2017, pp.25-52.

KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David. **Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing against Equality**. Londres, Rowman & Littlefield International, 292 pages, 2017.

LAGO, Mara Coelho de Souza, UZIEL, Anna Paula, SALVARO, Giovana Ilka; Jacinto Salvaro, OLIVEIRA E SILVA, Patricia Castro de. Apresentação: gênero na psicologia em tempos sombrios. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 52, 2018.

LIONÇO, Tatiana. “Ideologia de gênero” como elemento da retórica conspiratória do “globalismo”. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. **Direitos em disputa: LGBTI+ Poder e Diferença no Brasil Contemporâneo**. Editora Unicamp, 2021, p. 373- 392.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; CORRÊA, Sônia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero, **Psicologia Política**. vol. 18. no 43. pp. 444-448. set - dez. 2018.

PRADO, M. A. M., MARACCI, J. G., & MONTEIRO, I. R. L. Governamentalidades e depurações hierárquicas dos direitos humanos no Brasil: A educação pública e a população LGBT+. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 29(148), 2021.

MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil, **cadernos pagu** (53), 2018.

MORETON, Bethany. Our Lady of Mont Pelerin: The “Navarra School” of Catholic Neoliberalism, **Capitalism: A Journal of History and Economics**, vol. 2 no. 1, 2021, p. 88-153.

MOSCHKOVICH, M. “Família” e a nova gramática dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro (2019-2021). [s.l.]



Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America, 1 jan. 2023. Disponível em: <<https://mecila.net/wp-content/uploads/2023/01/WP-Moschkovich-Online.pdf>>. Acesso em: 31 dez. 2024.

RODRIGUES, E. G. B.; FALCÃO, C. Família De Deus, Valores Neoliberais: Damares Alves E A Depuração De Direitos. **Revista Relegens Thréskeia**, v. 10, n. 2, p. 54, 13 dez. 2021.

SERAFIM, M. P., Gonçalves Junior, O., & Dias, R.. (2022). Editorial - A debandada da CAPES: um novo capítulo na história da Pós-Graduação Brasileira. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (campinas), 27(1), 1–4, 2022.

SERAFIM, M., Dias, R., & Etulain, C. R. (2021). Editorial - Os cortes no orçamento da ciência brasileira: da Fronteira Sem Fim ao Fim da Linha?. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (campinas), 26(3), 654–657, 2021.

TEIXEIRA, J. M.; BARBOSA, O. A. A Mulher E A Família: Agendas Pentecostais Na Disputa Pela Gramática Dos Direitos Humanos. **(SYN)THESIS**, v. 15, n. 1, p. 89–105, 1 ago. 2022.

### **Fontes primárias**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Posição Da Abepss Frente ao Edital 02/2021 Da Capes. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/posicao-da-abepss-frente-a-o-edital-02-202101221903384479250.pdf>. Acesso: 02/07/2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA. Manifestação ANPEPP - GTS da ANPEPP “Psicologia, Política e Sexualidades” e “Psicologia e Estudos De Gênero” em Relação ao Edital “Famílias e Políticas Públicas no Brasil”. Disponível em: [https://www.anpepp.org.br/download/download?ID\\_DOWNLOAD=345](https://www.anpepp.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=345). Acesso em: 02/07/2021.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Edital 02/2021 - FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.



Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 08 jan. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/EDITAL2ProgramaFamiliaePoliticPublicasnoBrasil.pdf>. Acesso em: 01/06/2021.

BOLSONARO anuncia mudança no Ministério dos Direitos Humanos: o nome. **Revista Veja**, [online], 30 Nov. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-anuncia-mudanca-no-ministerio-dos-direitos-humanos-o-nome>. Acesso em : 20/09/2021.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Edital 12/2022 - FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL II. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/resultados-dos-editais/10082022%20Edital%201770753%20Edital%2012.pdf>. Acesso em: 20/06/2022.

BRASIL. Portaria nº 1.643, de 19 de junho de 2020. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 22 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-a-informacao/institucional/portarias/portaria-no-1-643-de-19-de-junho-de-2020>. Acesso em : 25/08/2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAUDE. [CNS denuncia internacionalmente governo brasileiro por violação de direitos humanos durante pandemia](https://cns.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2071-cns-denuncia-internacionalmente-governo-brasileiro-por-violacao-de-direitos-humanos-durante-pandemia), Brasília, DF: Conselho Nacional de Saude, 01 de outubro de 2021. Disponível em: <https://cns.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2071-cns-denuncia-internacionalmente-governo-brasileiro-por-violacao-de-direitos-humanos-durante-pandemia>. Acesso em : 04/11/2023.

MARSICANO, Ana Carolina Marsicano ; TESSER, Tabata Pastore. Catolicismo jurídico antidireitos, em 4 pontos, **Nexo Jornal**, [online], 21 Jun 2023. Disponível: <https://pp.nexojornal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2023/Catolicismo-jur%C3%ADdico-antidireitos-em-4-pontos>. Acesso em: 23/10/2023.



MARTINS, Thays. Universidades correm o risco de fechar por falta de verba, **Correio Braziliense**, [online], Brasília, 15 mai. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2021/05/4923926-alem-da-ufri-outras-universidades-correm-o-risco-de-fechar-por-falta-de-verba.html>. Acesso em/ 25/06/2023.

OBSERVATORIO DO LEGISLATIVO BRASILEIRO. Os cortes na Educação no atual governo. OLB, [online], Rio de Janeiro, 12 dez. 2022. Disponível em: <https://olb.org.br/os-cortes-na-educacao-no-atual-governo/>. Acesso em : 12/03/2023.

PUCHIO, Luisa. Ex-secretaria quer replicar defesa da família em São Paulo, Gazeta do Povo, [online], São Paulo, 18 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/sao-paulo/ex-secretaria-quer-replicar-defesa-da-familia-em-sao-paulo/>. Acesso em : 23/11/2023.

RELATORIO da transição diz que governo Bolsonaro promoveu desmonte dos serviços públicos e propõe revogação. O Globo, [online], Rio de Janeiro, 22 dec. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/12/relatorio-da-transicao-diz-que-governo-bolsonaro-promoveu-desmonte-dos-servicos-publicos-e-propoe-revogacao.ghtml>. Acesso em: 28 de Ago. de 2023.

SAYURI, Juliana. O Comando que está Caçando ‘Esquerdistas’ nas Universidades já perseguiu 181 Professores. **Intercept**, [online], Rio de Janeiro, 22 dez. 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/10/26/universidades-censura/>. Acesso em: 28 de Ago. de 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. Edital “Pesquisas em Família e Políticas no Brasil” e os direcionamentos da ministra Damares Alves. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/GT-da-SBPC.pdf>. Acesso em: 02/07/2021.



SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. [Edital 02/2021: uma afronta à pesquisa e à família](#). Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/edital-022021-uma-afronta-a-pesquisa-e-a-familia/> Acesso em: 02/07/2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. Em defesa da autonomia didático-científica das universidades brasileiras. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Anexo-Of.-SBPC-133-Mo%C3%A7%C3%A3o-Em-defesa-da-autonomia-did%C3%A1tico-cient%C3%ADfica-das-universidades-brasileiras.pdf>. Acesso em: 9/04/2023.

## “Family Bonds”: The Impact of the Bolsonaro-Damarens Administration on Scientific Policies

**ABSTRACT:** This article examines how the theme of family was incorporated into the scientific policies of the Bolsonaro government, focusing on the research calls “Family and Public Policies in Brazil,” launched in 2021 and 2022 by the Ministry of Women, Family, and Human Rights (MMFDH) in partnership with CAPES. Through an ethnographic analysis of the calls and the speeches of political actors in the government about these initiatives, the study explores the use of the category “family bonds” in the formulation and implementation of these research policies. We argue that, on one hand, the implementation of a familist agenda as a scientific policy represented an attempt to “scientificify” and translate the anti-gender agenda through the mobilization of the category “family bonds” into state policies. On the other hand, the analysis suggests that, although often interpreted as a “moral agenda,” the centrality of family in these policies played a significant role in deepening the neoliberalization strategies of the state during the Bolsonaro administration.

**KEY-WORDS:** Family Bonds. Neoconservatism. Scientific Policies. Anti-Gender Offensives.



**Janaina FREITAS**

*Pós-doutoranda no Centre de recherche médecine, sciences, santé, santé mentale, société (CERMES)/França. Foi pesquisadora pós-doutoral no projeto “Gênero Ameaçado, Gênero Ameaçando” no Laboratoire d’Études de Genre et Sexualité (LEGS) na Université Paris 8/ França. É doutora e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com doutorado-sanduíche no Department of History of Science da Harvard University/EUA. Suas pesquisas são voltadas para os seguintes temas: sexo, gênero, sexualidade, corpo, processos de biomedicalização, intersexualidades, novas tecnologias reprodutivas e diagnósticas, genômica, teoria queer e estudos feministas da ciência e da tecnologia.  
Contato:janaina.freitas@inserm.fr*

*Recebido em: 12/01/2025  
Aprovado em: 08 /04/2025*